

NAÇÃO BRASIL: UMA VIAGEM EXPLORATÓRIA SOBRE OS DILEMAS DO BRASIL E DA EDUCAÇÃO

Edna Luzia Almeida Sampaio¹

Se trago as mãos distantes do meu peito
É que há distância entre intenção e gesto
E se o meu coração nas mãos estreito
Me assombra a súbita impressão de incesto
Quando me encontro no calor da luta
Ostento a agida empunhadora à proa
Mas meu peito se desabotoa
E se a sentença se anuncia bruta
Mais que depressa a mão cega executa
Pois que senão o coração perdoa
(Chico Buarque de Holanda/Ruy Guerra. Fado Tropical, 1972-73)

RESUMO: O presente artigo discute as diferentes perspectivas teóricas quanto à suposta dualidade no desenvolvimento do Brasil. Assume a posição indicada por Francisco Oliveira, de que a dualidade não se constitui em anomalia do capitalismo brasileiro. É, na verdade, funcional e complementar à reprodução econômica, um modo peculiar de capitalismo tropical. Uma síntese que mistura modernidade e atraso como partes de um mesmo processo. Essa aparente contradição marca também toda a trajetória do desenvolvimento da educação pública no país. A partir da independência de Portugal, as elites dirigentes elegem a educação como instrumento a serviço da construção do projeto de Nação. Deste ponto de vista, a educação escolar é vista como o amálgama necessário à identidade de uma nação ainda sem povo. Os rumos tomados pela escola não se distanciam daqueles tomados pela nação: um projeto ainda inacabado e desde o início marcado por profundas desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Estado, Educação.

ABSTRACT: This article discusses the different theoretical perspectives about the supposed duality in the Brazilian's development. It takes the Francisco Oliveira's position, saying that the duality is not a Brazilian capitalism's anomaly. It is, actually, complementary and functional to the economic reproduction, a peculiar mode of tropical capitalism. A synthesis that mix modernity and backwardness as

¹ Professora de Sociologia da Faculdade de Educação. Mestre em Ciência Política, doutoranda em Ciências Sociais pela PUCS/SP.

parts of the same process. This apparent contradiction also marks all the public education's development way in this country. From the independence of Portugal, the leader elite elected the education as an instrument to build a project of nation. Viewing from this point, the school education is seen like a required amalgam to the identity of a nation still without people. The directions taken by the school does not distance those taken by the nation: a still unfinished project and since the beginning marked by deep inequalities.

KEYWORDS: Brazil, State, Education.

1. Introdução

Chico Buarque, na sua maestria poética, soube sintetizar muito bem o dilema de um país colonizado não somente do ponto de vista econômico e político, cujo fim pouco preciso a história informa, mas, principalmente, o dilema de um país marcado por contradições que confrontam a intenção e o gesto, passado e futuro, modernidade e atraso. Enfim, um país onde a colonização criou raízes culturais profundas, onde o passado determina o presente e condena o futuro, mas, nem por isso, inviabiliza-se o novo, o revolucionário. O futuro é, assim, a síntese da teimosia do improvável.

É com esse espírito que esta viagem começa, acompanhando o percurso intelectual de alguns "descobridores do Brasil", como Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira. Há tantos outros descobridores, clássicos ou não, todos imbuídos no desafio de desvendar o nosso próprio enigma.

Uma viagem assim, buscando diferentes perspectivas que expliquem nossas contradições societárias, é, na verdade, uma incursão sobre si mesmo, como sujeito social que se constitui na sociabilidade que essa civilização permite erigir.

Nossas raízes culturais, nossa estrutura política, nossa organização econômica e social são elementos que se entrelaçam, simbioticamente, para formar o caleidoscópio da *terra Brasil*. É nessa perspectiva que se faz o presente exercício exploratório, procurando analisar sob diferentes aspectos a realidade histórica nacional, na busca de uma totalidade que informe o seu entendimento.

Mas, além de uma compreensão geral do Brasil, o que move este exercício de reflexão é também a compreensão da questão específica da educação, como um universo recortado da totalidade, mas que se constitui num espaço de reverberação das relações sociais existentes, desde que a educação passa a ser uma estratégia importante de ingresso na modernidade e *cimento* para a unidade nacional, desde a independência do Brasil.

Desse modo, este artigo se divide em duas partes; na primeira, procuro explorar a diversidade de matizes que explicam a constituição da sociedade brasileira, a forma como se dá o ingresso de uma ex-colônia agro-exportadora para um país moderno, urbano-industrial. Uma modernidade que não consegue disfarçar sua face mais conservadora, revelada por mediações políticas *patrimoniais* ainda baseadas no favor à *clientela*, e um desenvolvimento econômico que, ao contrário de outras nações industrializadas, manteve sua estrutura fundiária quase inalterada, gerando profundas desigualdades sociais. Não obstante, Oliveira (2003) nos ensina que, modernidade e atraso se constituem num *duo* necessário e complementar, do ponto de vista histórico e da estrutura de poder, dando as características peculiares do capitalismo à *brasileira*.

Na segunda parte do texto, procuro captar o movimento de modernização reflexo na educação, o movimento liberal pela escola pública, o papel do Estado, bem como as consequências do populismo, que, reafirmando a *Cordialidade* a que se Sérgio Buarque se refere, abre as portas da educação para as massas, ao mesmo tempo em se fecha para a democratização do conhecimento científico.

Como viagem exploratória, este artigo busca apenas abrir as picadas para um exercício mais profundo de pesquisa, ampliando perspectivas para novas questões, que, sem viagens desse tipo, não seriam possíveis de formular.

2. Interpretações do Brasil

A realidade brasileira, tão repleta de singularidades culturais, históricas e sociológicas, teve nos precursores de uma interpretação mais original do Brasil, como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes o seu desnudamento, negando, assim, as tentativas de enquadrar tal realidade em esquemas teóricos pré-concebidos, em que os mimetismos se sustentavam na crença de uma história universal homogeneizadora, cujo “modelo” analítico estava dado pelos países industrializados e seus intelectuais.

Não obstante, contribuição desses autores para a compreensão sociológica, econômica, cultural ou histórica de nosso país não pode ser vista como a análise de particularismos que definem novos tipos teóricos, ou uma espécie de isolacionismo teórico, ou, ainda, uma “*teoria da singularidade*” na interpretação de uma realidade autóctone. Apesar das peculiaridades próprias que definem os traços de nossa história, as análises desses “descobridores” estão estreitamente relacionadas a um exercício intelectual que combina o particular com o geral, ou seja, uma análise de um Brasil singular num cenário ocidental de transição para uma sociedade

moderna e suas instituições, suas relações sócio-políticas e econômicas. Estamos, portanto, diante de várias formas de olhar para nossa realidade nacional, tendo como referência o marco civilizatório do capitalismo moderno.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda demonstra as dicotomias da história brasileira. Nele, contradições aparentemente inconciliáveis tornam-se o cerne da política nacional. O choque de civilizações que inaugura a composição do povo brasileiro determina um tipo de história em que o futuro jamais consegue romper com o passado definitivamente, aliás, esse será o tema central das análises dos que buscam “explicar” o Brasil. De forma quase melancólica, já de início sentencia e antecipa a sua visão dos germes que fizeram brotar nossa nação:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. (2005, p. 31).

A metáfora final da citação em epígrafe dá o tom do argumento do livro, pois a visão dos pares contrários é a forma pela qual Sérgio Buarque se utiliza para analisar a epopéia brasileira: sendo **nossa terra**, negamo-la pelo sentimento de não pertença, “somos desterrados”, não como uma condição ou sentimento pretérito, mas como um estado de permanência que afirma o pertencimento pelo não pertencimento: “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

De colônia à nação independente, do engenho à indústria, do campo à cidade, do Império à República, do senhor ao cidadão, a História se faz pelos “desterrados em nossa terra”. Mas os contrários, para Sérgio Buarque, relacionam-se dialeticamente, e, nesse relacionamento, o que antes era tese e antítese transforma-se numa nova sentença em que não se pode identificar um e outro. Assim, ao analisar os processos de transformação política e econômica de nossa história, revela um Brasil das elites, onde as contradições, antes de serem contradições de classes, como o *motor da história*, retratam a desfaçatez incoerente, vacilante e o “radicalismo” conservador das elites que desenvolvem no palco da política um estranho baile de contrários. Talvez pudéssemos falar num baile de más-

caras em que a alegoria e o real se confundem. Feito almas desterradas, sem lugar, sem identidade, fazia-se o lugar e se firmava a identidade, assim é analisada a história do Brasil por Sérgio Buarque.

Raízes do Brasil inaugura um tipo de análise de *História Lenta*, como denomina José de Souza Martins (1994), em que o desenrolar dos processos se dá numa intensa contradição, com predominância do elemento conservador, limitando, assim, o alcance das mudanças e atrasando a marcha da História.

Ao construir o tipo *Homem Cordial*, síntese de nosso comportamento político, contrário a toda ordem de hierarquia, de solidariedade e de trabalho disciplinado, Sérgio Buarque busca as mesmas raízes que Tocqueville buscou para explicar, no seu clássico *Democracia na América*, as condições culturais embrionárias de construção do império norte-americano. O *Homem Cordial* é um tipo humano que, apesar do valor que atribui ao individual, tem horror às distâncias e ao convívio consigo mesmo; não se submete à formalidade e a tudo que possa estabelecer uma relação de alteridade, hierarquia e disciplina. Ele é fruto de determinações históricas que moldou o caráter e o gênio brasileiro, cuja consequência mais visível é a dificuldade (senão impossibilidade) de distinção entre o público e o privado, impedindo entre nós a consolidação plena de um Estado genuinamente burocrático, da perspectiva weberiana. Desse modo, perpetuam-se as formas patrimonialistas e clientelistas de poder. O resultado foi a emolduração de um Estado Moderno, em que o verniz que esconde a profunda marca do patrimonialismo e do clientelismo não disfarça o comportamento dos agentes públicos no trato da coisa pública como espólio particular:

Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado Burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. (HOLANDA, 2005, p. 146).

Se para Sérgio Buarque o tipo de povo, sua tradição cultural e política tiveram influência decisiva sobre o futuro da construção da Nação Brasil, o mesmo acontece com as análises que Tocqueville faz sobre a Democracia, com a diferença de que o primeiro busca as razões das contradições e o segundo busca compreender as condições do sucesso. Tocqueville, ao analisar a América, faz considerações primeiro sobre como o tipo de pessoas (puritanos) e suas crenças determinaram as formas de organização das instituições americanas e como as leis produzidas a partir dessas concepções tiveram um efeito devastador sobre as formas de organização da propriedade influenciando decisivamente toda a esfera política².

Analisando as comunas, ele percebe tratar-se da base de organização e do sentimento político americano, onde a vida cotidiana acontece. O Condado é a criação administrativa para cuidar dos negócios comuns das comunas. O poder administrativo é extremamente descentralizado, baseado na premissa de que cada um é capaz de fazer o melhor por si e é o melhor juiz de seus interesses. Assim, toda a vida cotidiana é regida por intervenção direta dos indivíduos na comuna. O Estado tem o poder de governo, mas os indivíduos governam no âmbito de seus interesses comunais. Portanto, o que chama a atenção de Tocqueville é, a capacidade de autogoverno do povo americano, que se explica por sua origem social:

Os emigrantes que vieram estabelecer-se na costa da Nova Inglaterra pertenciam todos às classes abastadas da mãe-pátria. Sua reunião no solo americano apresentou, desde a origem, o singular fenômeno de uma sociedade em que não havia nem grandes senhores, nem povo, e por assim dizer nem pobres nem ricos. (p. 40).

Do mesmo modo, o Homem Cordial, de Sérgio Buarque, é, na verdade, o resultado de uma trajetória de ocupação da colônia completamente distinta da americana, cujas bases de formação fecundam-se na cultura ibérica:

² A esse respeito, Tocqueville analisa a lei das sucessões, que, segundo ele, “faz a igualdade dar seu último passo” (p. 57). Segundo ele, a partilha dos bens em partes iguais entre todos os filhos provoca uma transformação rápida e incontável das relações sociais e políticas. No Brasil, o direito à propriedade nunca foi capaz de provocar profundas transformações sociais e econômicas, foi e continua sendo a forma pela qual se mantém privilégios por transmissão de gerações.

[...] A Espanha e Portugal são, com a Rússia e os países balcânicos (e em certo sentido também a Inglaterra), um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteiriça, de transição menos carregada em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário.

[...] Surgiu, assim, um tipo de sociedade que se desenvolveria, em alguns sentidos, quase à margem das congêneres européias, e sem delas receber qualquer incitamento que já trouxesse em germe.

[...] Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, que não necessite de alguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes [...] (p. 31-32).

Eis aí o fundamento de um espírito contrário à associação, à submissão hierárquica e à disciplina, elementos essenciais à organização do trabalho e ao desenvolvimento institucional próprios do capitalismo moderno, elementos tão presentes na base cultural da maioria dos estados americanos, na visão de Tocqueville, e estranhos à nossa história germinal.

O enigma da construção do Brasil e o seu destino como país francamente dividido entre o passado e o futuro é também analisado por Florestan Fernandes, em *Revolução Burguesa no Brasil* (1975). Diferentemente de Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes se guia por uma matriz marxista para análise da passagem do Brasil ao capitalismo moderno; nele, não são as características culturais de nossa formação o foco das análises, mas as contradições impostas pela estrutura sócio-econômica e política em que se delimita o marco do capitalismo moderno no Brasil e as tendências de superação.

Para Florestan Fernandes, a expansão do comércio ainda no período imperial e a cultura do café, que inseriu uma organização da produção mais condizente com empreendimento empresarial, fez emergir duas categorias sociais importantes, dotadas de racionalidade capitalista: os fazendeiros de café e os imigrantes. Apesar do não abandono das práticas da velha ordem, baseadas no patrimonialismo, o Brasil experimenta, a partir desse momento, a constituição da *protoforma* da burguesia brasileira; os fazendeiros de café que serão os protagonistas da revolução.

Parece contraditório, para a tradição marxista, denominar *revolução* um processo que, a rigor, não foi o resultado de embates de classes e tão pouco significou uma ruptura definitiva com a velha ordem. Nesse

ponto, embora utilizando referenciais teóricos e metodológicos distintos, a obra de Florestan Fernandes se aproxima de Sérgio Buarque, pois ambos procuram analisar, para além das evidentes aparências, as determinações e implicações que pesaram sobre o nosso desenvolvimento.

Ao negar o viés clássico da teoria marxista, Florestan recorre a Lênin e Gramsci para demonstrar as características peculiares de uma revolução passiva, ou “pelo alto” que a burguesia brasileira implementou, logrando profundas mudanças na sociedade, no modo de produção e na configuração política do país.

O liberalismo, tido freqüentemente como ideologia burguesa, foi considerado, pelo intelectual, um importante mediador civilizacional entre os interesses brutos de senhores ávidos por vantagens econômicas e um projeto cujos princípios éticos deveriam ser o lastro da construção de uma nação. Ideologia e utopia foram as duas formas assumidas pelo liberalismo no Brasil, estabelecendo entre ambos vasos comunicantes em que um e outro se confundiam mutuamente e já não era possível identificá-los.

A classe burguesa brasileira não é fruto de um longo processo histórico de mudanças nas relações de produção, no qual as atividades mercantis fazem-na surgir como classe revolucionária e, por essa razão, o liberalismo praticado aqui teve nuances efêmeras, mas importantes. Nossa burguesia nasce em pleno capitalismo; as contradições de classes são, antes, contradições de interesses dominantes. A posição de dependência do mercado internacional impôs fragilidades ao país, impedindo o desenvolvimento pleno das forças produtivas e de uma superestrutura nos moldes dos países industrializados. Fica, assim, limitado o escopo de uma revolução tardia. Uma lenta, gradual e *passiva* revolução.

A independência foi o primeiro passo importante da revolução, pois ampliou os espaços e a capacidade de controle de poder político em âmbito nacional, e, de outro lado, permitiu também na configuração das elites dominantes em classe social. Com isso, criam-se as condições históricas para o desenvolvimento capitalista brasileiro.

Não obstante, a independência não significou uma ruptura com o estatuto colonial, pois as elites nativas não eram contra o sistema colonial, mas contra suas implicações econômicas e políticas que a incapacitavam de exercer a dominação. Desejavam, portanto, a *internalização* do centro de poder, a *nativização* dos círculos sociais de controle do poder. Mas a *internalização* do poder não se fez sem consequências para a política e a economia nacionais e sem uma redefinição do papel dessas elites para a condução do projeto de nação e é desse modo que a independência começa a colocar um desafio histórico para as elites nativas: o projeto de construção do Estado Nacional.

A burguesia brasileira, “predestinada” a consolidar o capitalismo, é uma classe originária da transmutação das elites agrárias, de tradição escravagista, profundamente marcada por componentes conservadores e autoritários, cujas evidências são dadas pela exclusão das massas sociais, pela incapacidade de ampliar o acesso aos recursos econômicos e políticos e, fundamentalmente, pela utilização da ditadura como expediente freqüente no combate aos conflitos políticos de viés classista.

A interpretação marxista da história e a tese de uma Revolução Burguesa pelo alto fazem de Florestan um intelectual inovador, trazendo para o debate acadêmico e para a ação política um método de análise revolucionário, em que explora as contradições de nossa história, permitindo perceber a complexidade das relações sociais e abandona as ilações simplistas que reduzem a história a disputas maniqueístas entre bem e o mal. Em Florestan, o elemento conservador é também revolucionário, e o revolucionário não estabelece rupturas definitivas. As rupturas são perceptíveis na análise apurada das transformações que ocorrem nos vários planos das relações sociais, não como irrupção abrupta, mas como processo lento e gradual.

Florestan não olha para nossa história como um retrato amarelado, repleto de contínuos revigoramentos das nossas marcas de origem. Na melhor tradição dialética, consegue fugir da armadilha em que se colocaram muitos intelectuais e percebe o movimento que as contradições de um capitalismo periférico enseja, revelando nas feições do atraso novas formas (híbridas) de sociabilidade. Refuta, ademais, uma posição positivista de crença absoluta no progresso e evolução das relações sociais para formas “superiores”. Não deixa de perceber que o novo contém o germe do passado, encontrando novas formas de permanências, num vai e vem que não é linear, pois configura-se como uma teia complexa de determinações que delimita e compõe a imagem do Brasil.

Na luta de contrários em busca de uma síntese, a construção do Estado Nacional é a obra mais fundamental da burguesia brasileira, um paradoxo que comportou desde cedo os imperativos dos estatutos do Estado Legal e os costumes e práticas históricas que marcaram a formação das classes sociais no país:

[...] Embora aquelas elites tivessem de adaptar-se às formas de organização do poder político imposto pela ordem legal, no próprio processo através do qual enfrentavam suas funções políticas transformavam o governo em meio de dominação estamental e reduziam

o Estado à condição de cativo da sociedade civil. Em conseqüência, a ordem legal perdia sua eficácia onde ou quando colidisse com os interesses gerais dos estamentos senhoriais e na importância para a integração jurídico-político da sociedade passou a depender do modo pelo qual aqueles interesses filtravam ou correspondiam às formas de poder instituídas legalmente. (FERNANDES, 1975, p. 44).

Este é o drama fundamental do Estado brasileiro, tão bem captado por Florestan Fernandes. As imposições legais do Estado moderno se mantêm ante uma tradição francamente patrimonialista e autoritária? A resposta a essa questão revela que, em se tratando de Brasil, não há respostas, nem explicações unívocas.

A grande contribuição dos pensadores do Brasil foi permitir uma análise do conjunto da sociedade, suas relações sociais e de produção que faziam emergir interesses que sobre-determinaram o *modus operandi* da política, suas práticas e o resultado que se manifesta no tipo de Estado e de sociedade que conseguimos erigir.

E nesta linha totalizadora de *olhar* para o Brasil se situa também o trabalho do professor Francisco de Oliveira: *Crítica à Razão Dualista* (1975); nele, a análise do Brasil se dá a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Crítico das teses do "subdesenvolvimento" formuladas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL por autores como Raul Prebisch e Celso Furtado, Oliveira critica justamente a visão de uma burguesia nacionalista que vê no subdesenvolvimento uma anomalia do sistema, cujo entrave é representado pela dicotomia moderno x atrasado, o que limitaria, e até mesmo impediria, o desenvolvimento econômico e social do país.

O argumento de Oliveira permite uma revisão das teorias desenvolvimentistas. Segundo ele, a contradição aparente entre o moderno e o atrasado não se constituiria numa dualidade antagônica como acreditavam os cepalinos, mas na resultante das necessidades da expansão capitalista no país.

O processo de modernização do Brasil, que marca a passagem de uma economia agro-exportadora para uma predominância urbano-industrial, exige a intervenção do Estado para criar uma nova lógica de acumulação. É nesse momento que o Estado brasileiro amplia suas funções e se fortalece para a tarefa que deveria desenvolver.

Numa economia precária, sem lastro para acumulação capitalista, o Estado agiu como catalisador das necessidades do modelo urbano-industrial de acumulação, permitindo a entrada do país na modernidade capitalista.

A ação do Estado, segundo o autor, deu-se através de investimentos em infra-estrutura, no confisco de lucros do café, equalizando ganhos em favor da indústria, regulando os salários e expandindo as fronteiras agrícolas, por meio da construção das rodovias que ligavam o Sudeste ao Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A ação mais fundamental do Estado foi a regulação dos salários nas cidades, pois nivelou todas as categorias a um patamar que não permitia diferenciação das categorias mais qualificadas e estabilizou preços da *mercadoria trabalho* num médio e longo prazo, o que permitiu uma maior exploração da mais-valia. De outro lado, a exclusão dos trabalhadores rurais dessa regulação permitiu que a acumulação primitiva se perpetuasse no campo, de modo que também gerasse uma oferta constante de novos contingentes de mão-de-obra barata nas cidades.

Portanto, a aparente dicotomia é, na verdade, uma complementaridade, como afirma Oliveira:

Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do 'novo mercado urbano-industrial' exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado, até certo ponto, pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão primitivo, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho. Ainda mais, é somente a partir da constituição de uma força de trabalho urbana operária que passou a existir também um operariado rural em maior escala, o que, do ponto de vista das culturas comerciais de mercado interno e externo, significou, sem nenhuma dúvida, reforço à acumulação (2003, p. 45-46).

A manutenção de padrões primitivos na agricultura, em face da modernização da economia, ocorreu como processo de interação, de interdependência e complementaridade: a exploração da mão-de-obra, a abundância das terras e o baixo custo da produção do capital no campo foram fatores decisivos para a acumulação do período urbano-industrial. Segundo Oliveira, tal situação se caracteriza por dois movimentos:

- a) formação do "exército de reserva" pelos contingente humanos que vinham em busca de trabalho na cidades;
- b) produção de excedentes alimentícios, cujos preços eram rebaixados e que tinham forte influência sobre a composição dos salários.

Embora rejeite a tese de particularismo do desenvolvimento do Brasil, contida na tese do subdesenvolvimento, o autor não nega as especificidades do caso brasileiro, e, a exemplo de Florestan Fernandes, foge da ortodoxia dos modelos clássicos, admitindo a expansão capitalista aqui com variações justificadas na história e na estrutura sócio-política do país:

Nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora. Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das 'especificidades particulares' da expansão do sistema. (1975, p. 63).

Nos autores até o momento analisados, a variante comum é a compreensão do Brasil como país capitalista moderno em contraponto à sua tendência conservadora, pré-capitalista, marcada pela persistência de estruturas sociais arcaicas, oligárquicas e pela acumulação primitiva.

As diversas visões dão conta de uma série de perspectivas que, embora não congruentes metodologicamente entre si, são complementares para uma compreensão mais ampla do país. A sociabilidade sob o ponto de vista de nossas raízes culturais, tão presente em Sérgio Buarque, auxilia-nos a olhar para nossa política para além de uma estrutura reflexa dos fatores econômicos. Florestan abre caminho para uma compreensão das transformações burguesas, sem uma luta de classes no sentido clássico do Marxismo, e demonstra que o capitalismo não cabe nos estreitos limites do projeto burguês e o supera com uma força capaz de prescindir do protagonismo da classe que o originou e que é também seu fruto. Chico Oliveira demonstra como a economia capitalista se comporta como um vírus mutante, capaz de se desenvolver nas condições mais adversas, sem, contudo, perder sua essência, suas leis fundamentais baseadas nas desigualdades, nos antagonismos de classes, na acumulação e expansão do capital.

O Estado, representação máxima da política, é o instrumento pelo qual o capitalismo se impõe definitivamente, pois ele é a única instância em condições de arregimentar forças e instrumentos capazes de interferir no *curso espontâneo* das relações de troca, na formação da cul-

tura e na apropriação dos bens produzidos socialmente. Mas o Estado Legal, desenvolvido pela necessidade do próprio capitalismo, aqui, neste solo Brasil, revela a face mais bruta de uma instituição, que construída para organizar a expropriação do trabalho em benefício do capital, o faz sem as mediações impostas por movimentos de trabalhadores, como ocorreu na Europa, onde pôde surgir um Estado de Bem-Estar nas lutas de enfrentamentos entre Capital e Trabalho.

Se, na Europa, o Estado burguês se estabelece nos limites dos conflitos entre as classes sociais, no Brasil, o Estado Moderno é resultante das forças políticas mandatárias do poder, as classes dirigentes que se dividiam entre uma forte oligarquia que perde sua hegemonia com a decadência do comércio internacional após a crise de 1929 e, de outro lado, uma incipiente burguesia nascente, que se constituía “*artificialmente*” pela transferência de tecnologia desenvolvida nos países industrializados. Com atrasado científico e tecnológico, desde os primórdios da industrialização, o Brasil se constituiu como consumidor de Ciência e Tecnologia (C&T), revelando, assim, a inconsistência do desenvolvimento industrial, fundado na dependência do mundo industrializado.

O acelerado processo de industrialização do Brasil, sustentado no conhecimento exógeno, também implicou no pouco amadurecimento das relações sociais de produção, bem diferente do que ocorre na Europa, onde as classes burguesas e o proletariado surgem de um processo que leva séculos. No Brasil, essas classes surgem no rápido intervalo da década de 1920 e 1930. Temos, assim, uma insustentável leveza das relações sociais em que tudo se desmancha no ar³, mas permanecem os traços que marcam nossa insuficiente maturação social: autoritarismo, clientelismo, patrimonialismo.

As análises sobre o tipo de sociabilidade brasileira, cultural, política e econômica apontadas pelos autores até o momento analisados iluminam as reflexões do presente e mostram quão difíceis e lentos são os avanços, tornando mais difícil também análises tempestivas de fatos mais recentes, pois os contornos claros dos movimentos lentos somente permitem ser vistos mais claramente com o distanciamento histórico. Exemplo disso é a novidade da eleição de Luíz Inácio Lula da Silva à Presi-

³ Aqui, parodiando Marx no Manifesto Comunista(1999), quanto ao papel revolucionário da burguesia as rápidas transformações: “(...)Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profano, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas.” (p. 69) Talvez, no Brasil, a ‘volatilidade’ não gere, necessariamente, a consciência da vida, mas, um certo torpor que mantém as classes trabalhadores quase paralisadas.

dência da República e a crise do Partido dos Trabalhadores envolvido em escândalos de corrupção.

Numa análise em perspectiva histórica, o governo Lula parece estar aquém da trajetória do sindicalista e sua importância para Democracia. Um governo de esquerda, aclamado pelo anseio popular para se fazer mudanças, mas, muitas vezes, enveredando por caminhos contraditórios. Trata-se de mais um enigma brasileiro que não pode ser resolvido apressadamente, a partir de nossos desejos e expectativas frustradas. É necessário levar em consideração a trajetória que forma este país, os limites da formação tanto da direita como da esquerda e, conseqüentemente, os limites de mudanças do tipo *exclusivamente* institucionais.

As contradições postas pelo Governo atual remontam às nossas contradições históricas e ao fato de que a nossa Revolução Burguesa, tida como um marco importante e emancipador no capitalismo, no Brasil, a revolução possível, segundo Oliveira, teve o populismo como forma política (op. cit., p. 63) e o regime de exceção como expediente de resolução de conflitos. Este foi, e ainda é, o *caldo de cultura* que informa nossa sociabilidade política, cujas consequências ainda estão muito presentes entre nós, em lugares insondáveis, nos *espíritos revolucionários*. Mas essa é questão para um próximo artigo, por ora nos contentaremos em retomar nossa perspectiva de análise, objeto desta reflexão.

Definidas as condições históricas necessárias à expansão do capitalismo, colocado o desafio da construção de uma nação às elites dominantes, seria então necessário a busca de instrumentos poderosos, capazes de construir uma identidade nacional. Nesse sentido, a luta pela educação como um sistema público vai ao encontro das necessidades do marco civilizatório do capitalismo. É desse modo que a educação nos interessa, como um palco privilegiado para captar com precisão os rebatimentos de uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade, num espaço em que a linguagem tem como recursos a cultura e a política. Uma educação cuja missão é de fazer dois movimentos contrários: homogeneizar e apartar. Deste modo, continuaremos nossa viagem sobre os dilemas brasileiros, passando a analisar as transformações no campo da educação.

3. Ensino público no Brasil e sua vinculação com projeto nacional

A inserção do Brasil na modernidade se inicia com a independência (1888):

A Independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constituiu a primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Ela aparece como uma

revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da 'era colonial', como ponto de referência para a 'época da sociedade nacional', que com ela se inaugura. (FERNANDES, 1875, p. 31).

É a partir desse momento que se rompe com o estatuto colonial, inaugurando uma sociedade nacional, cuja consequência é a organização do poder por dentro. O desafio da construção da unidade nacional estava lançado. Em seguida, a Abolição da escravidão (1888) aprofunda as mudanças na estrutura social e econômica do Brasil e permite pensar e implementar ações que visam a amalgamar um povo numa nação de senhores.

Desde que a necessidade de constituir uma nação se fez presente no ideário das classes dirigentes, a educação foi vista como um importante instrumento de "cimento" dessa unidade.

A idéia de uma educação conduzida pelo Estado surge na Europa na fase do capitalismo manufatureiro e, posteriormente, com a revolução industrial e o ideário liberal, ganha expressão no século XIX. Os precursores da instrução pública foram os germânicos, com a experiência da Prússia, que, sob o comando de Frederico II, tornou obrigatória a escolaridade: "Frederico, embora fosse cínico, acreditava ser mais fácil governar um povo esclarecido, educado e trabalhador, do que uma ignorante e incompetente nação de servos." (SIQUEIRA, apud EBY, 2000, p. 19).

Desde os primórdios, portanto, a educação fora pensada como uma forma de controle do Estado sobre a sociedade, seja como controle direto do déspota sobre seus servos, como o foi na Prússia, ou organizada pela sociedade civil, como no resto da Europa.

As descobertas da Ciência sobre as leis naturais faziam acreditar que a sociedade pudesse ser organizada pelas mesmas leis e que a condição do progresso seria o conhecimento dessas leis, um processo em que a educação deveria fazer conhecer tais leis, adaptando os indivíduos às exigências do novo tempo, tirando da barbárie a humanidade.

No autêntico espírito iluminista burguês, a França de 1792 preconizava a educação pública, universal, obrigatória e gratuita, fazendo espalhar para a educação os frutos da revolução. No entanto, Siqueira (2000) alerta para o fato de que a universalidade na educação preconizada pelo liberalismo não pressupunha igualdade, visto que a educação seria dada em proporções compatíveis com a condição social dos indivíduos e classes.

No caso brasileiro, a educação ganhou contornos especialmente importantes, pois não se tratava simplesmente de fazer conhecer as "leis" que justificassem as diferenças nas condições sociais, mas era preciso que houvesse uma compreensão, de um lado, dessa diferença, e, de outro, da

unidade que fazia de todos membros de uma mesma nação, como forma de garantia de homogeneidade necessária ao projeto de nação.

A desigualdade, marca de nossas origens, que separava os homens em cidadãos ativos (participantes da política por sua condição social) e não-ativos (impedidos de participar) não poderia se constituir num impedimento para a unidade nacional; seria necessário que outros traços fossem acentuados, como forma de criar uma identidade e um sentimento de pertença próprios de uma nação. Dentre esses traços, estariam: a língua nacional, a religião católica, a base instrucional, a educação única e o conjunto das leis que regia o país. Assim:

Permeada por signos de identidade e distinção, o mundo imperial tratou de encontrar no sistema escolar uma forma de sua reprodução: uniformizar a base educacional destinada a todos os homens livres; distinguir, pela instrução integral, alguns deles e excluir de seu percurso (integral ou não) muitos. (SIQUEIRA, 2000, p. 33).

Portanto, a educação pública surge no Império como forma de promover dois movimentos contrários: o de homogeneização e o de distinção.

Como na esfera econômica, analisada por Chico Oliveira, no campo educacional, a intervenção do Estado também se tornou fundamental para que os dois movimentos pudessem se viabilizar e gerar os benefícios necessários à unidade nacional e à expansão capitalista. Desse modo, o grande debate que se fará, no séc. XIX, sobre a universalização da educação no Brasil será sobre o papel do Estado na condução da educação pública.

A homogeneidade cultural, que a escola poderia oferecer, não se poderia fazer sem um sistema único dirigido pelo Estado. Entretanto, a forma como o Brasil se constituiu historicamente, como já assinalamos, e a fragilidade hegemônica da burguesia liberal faziam com que, de um lado, o Estado fosse visto com desconfiança por parcelas das elites ligadas principalmente à igreja, e, de outro, que o ideário liberal da educação, construído à partir de fora, não ganhasse força e adesão junto à população.

A partir do anos de 1920 e 1930, o movimento pela unificação da escola no Brasil ganha força, assumindo a idéia de preparar as massas para “participação” na vida social. Mas o mesmo movimento pela unificação e universalização da escola continha em si os interesses divergentes das classes dirigentes do país. Contra uma aristocracia agrária que obstaculizava o desenvolvimento urbano-industrial se levantaram os liberais em defesa da educação pública e das prerrogativas do Estado. (cf. LEITE, 1998)

Teoricamente a discussão de uma escola única se assentava no pressuposto de Durkheim (1978) de que a educação seria o meio pelo qual se inculcaria desde cedo nas crianças as crenças e valores vigentes, de modo a permitir a adaptação à vida em sociedade. Como defensor da divisão do trabalho, atribuindo-lhe um valor ético, Durkheim acreditava também que a educação deveria ser una e diversa. Una nos ensinamentos gerais que permitissem a cada um o reconhecimento e a aceitação dos valores da sociedade, e diversa porque deveria, a partir desse momento comum, adequar-se às exigências de cada indivíduo conforme suas funções sociais. Assim, a escola do campo não seria a da cidade, a do trabalhador não seria a do patrão.

Os princípios de Durkheim, aplicados a uma realidade em que a desigualdade é seu traço fundante e permanente, orientarão o movimento por “democratização” da educação no Brasil, uma democratização que preserva as estruturas sociais e requer a intervenção definitiva do Estado numa política essencial para o projeto de unidade nacional.

Desse modo é que se estruturou o sistema de ensino público no Brasil; conforme Leite (1998), criou-se uma articulação (não existente antes de 1925) entre os ensinamentos elementar e superior. O ensino elementar seria fortemente orientado para a unificação cultural. O ensino de segundo grau, dotado de unidade mais precária, permitiria a diferenciação para possibilitar o atendimento às aptidões e às capacidades individuais. O ensino superior seria destinado às elites intelectuais. Desse modo, assim como no Império, nas primeiras décadas do séc. XX a educação seguiu seu percurso de legitimação das diferenças de classes e, sob o discurso das aptidões profissionais, deslocou a questão das desigualdades sociais do plano econômico para o plano da psicologia.

Utopia e ideologia se confundem no processo de constituição da escola pública no Brasil. Aí também o ideário liberal teve uma atuação definitiva para a inclusão das massas nas escolas, seja por razões políticas, seja pela necessidade de treinamento de mão-de-obra para a indústria nascente.

Paolo Nossela (1998) destaca que o clima cultural que marca a atividade extrativista (no modelo agro-exportador) é contrário às exigências do espírito industrial. Enquanto no extrativismo a inteligência e a criatividade são exigidas minimamente, pois os recursos fartos são oferecidos pela natureza (terras férteis, ouro, borracha, etc), sendo necessário pouco esforço para explorá-los, na fase industrial “as mercadorias estão, em primeiro lugar, na cabeça do homem na criatividade, na inteligência formada, logo, nas boas escolas” (p. 168).

A exigência de boas escolas e do rigor científico nelas praticado resiste desde a primeira República Velha (1889) até os anos de 1930, quan-

do a ascensão do populismo no Brasil promove um intenso movimento de massificação da educação. Segundo Nosella, o populismo obscureceu o conceito e a prática do trabalho intelectual, pois as exigências de disciplina do estudo são vistas como negativas e a escola é vista como um prolongamento dos cuidados familiares, uma atividade ligada à assistência social, e não, necessariamente, à produção científica. Segundo o autor, “no momento em que o mundo do trabalho entra na escola, o rigor científico se afasta dela.” (1998, p. 174) Aqui o populismo traz para o âmbito da educação o recrudescimento das raízes encontradas no *Homem Cordial*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Longe de realizar o ideário liberal da igualdade, a escola tornou-se um instrumento a mais, pelo qual a expansão capitalista cinge toda a sociedade brasileira com a desigualdade, em que a escola una e diversa é aprofundada, perpetuando não somente no campo material, como no das representações simbólicas, as diferenças que determinam os destinos de uma nação permeada pela apartação social.

A direção do Estado na constituição da escola pública foi fundamental. As mudanças que se fizeram necessárias à nova forma de reprodução do capital foram realizadas. Se é verdade que no plano econômico o sucesso do urbano industrialismo se devota ao Estado, é também verdade que, no campo da educação, a intervenção do Estado, necessária para constituir novos padrões culturais que permitissem o avanço do capital, bem como para tornar a escola funcional à reprodução da divisão do trabalho, por meio de uma *divisão da educação*.

O populismo⁴ que penetrou a educação, a partir dos anos 30, reduziu tremendamente o impacto da democratização do ensino, pois, ao desqualificar o rigor científico e sob a acusação de autoritarismo, desqualificar também o “planejamento didático, a regência das aulas e, sobretudo, a avaliação” negou às classes trabalhadoras o direito ao conhecimento, o ensino de qualidade capaz de ampliar suas possibilidades sócio-culturais e políticas. Paradoxalmente, é somente com o populismo que a educação passa a ser acessível às massas.

Talvez as consequências do populismo na educação sejam mais importantes que nas outras esferas da política, pois institucionalizou-se uma certa cultura que considera a educação como um não-trabalho, legando uma história de insucessos escolares refletidos tanto na qualidade

⁴ “[...] O populismo é uma ideologia de síntese, uma ideologia global e cicatrizante. A síntese populista dá-se entre os valores de base em que se fundamenta a cultura tradicional da sociedade em questão e a necessidade de modernização.” (NOSELLA apud BOBBIO, 1998, p. 173).

da educação, na quantidade de escolarização, como na dificuldade do Brasil superar os velhos padrões de comportamento que o populismo ressuscita: o clientelismo e o patrimonialismo, desta vez, dotados de um instrumento institucional para a sua difusão: a escola.

O populismo afetou desde a organização do sistema educacional como um todo, permitindo criar diferentes tipos de escolas de qualidade muito questionável, como também afetou diretamente o tipo de formação dos quadros docentes, degenerada por uma política que se restringiu a cursos e a uma precária “instrumentalização” do ensino, empobrecendo, assim, o conceito de educação. As consequências desse processo, muito embora se reconheça o avanço da democratização, estão presentes nos indicadores educacionais ainda hoje.

Mas o problema da educação não pode ser analisado sob a estreita perspectiva do sistema *per se*, pois, como se tentou demonstrar neste artigo, este campo de relações sociais reflete as relações mais amplas que se estabelecem na sociedade. Portanto, pensar a educação é também pensar a sociedade brasileira, em que o sistema educacional nos oferece um caleidoscópio da complexidade de relações de poder que se desenvolve nos marcos da civilização moderna, em que podemos ver sangrar as feridas mal curadas que as pegadas foram deixando pelo caminho. É necessário mais que refletir sobre nossos dilemas, buscar soluções alternativas, como fizeram nossos “descobridores.”

No campo da educação, o grande dilema é garantir o acesso com qualidade. Debruçando-se sobre o problema da qualidade, Nosella aponta 6 condições para superação dos problemas:

- a) Expansão de um sistema produtivo industrial orgânico e moderno;
- b) Distinção entre organização da escola obrigatória e demais níveis de ensino;
- c) Flexibilização do conceito de escola unitária, entendendo como unitário o padrão de qualidade que garanta ao aluno construir sua unitariedade;
- d) Redefinição do sistema supletivo e noturno, enfrentando a falácia populista de que o ensino noturno e supletivo são democratizantes;
- e) Implementação de política que resgate a qualidade na formação do profissional de educação;
- f) implementar sistema de avaliação de qualidade da educação.

Mas, além desses, é importante que o desenvolvimento da educação no país seja acompanhado de investimentos em pesquisas educacionais que permitam reinventar a educação no Brasil e que associem a problemática da educação a outros elementos da sociabilidade, destruindo a educação do circuito fechado em que muitas vezes se insere e

fazendo com que o conhecimento produzido por pesquisadores possa ser compartilhado e utilizado pelos profissionais da área, revertendo em melhorias na compreensão da realidade e beneficiando movimentos que busquem alternativas dentro e fora do sistema. Pesquisas nesse sentido devem ser tão importantes quanto as pesquisas de desenvolvimento industrial, de engenharia genética, etc.

Ao final desta viagem, a exploração mostrou a necessidade de olhar mais para o Brasil, pois decifrá-lo será sempre um projeto inacabado. Olhar para a educação para ver o Brasil do ponto mais alto, sob a luz que parece mais elucidativa, mais brilhante, mais colorida, afinal, para além da compreensão racional do Estado e da sociedade, analisar a educação é perscrutar a alma e a saga de um povo em busca de sua afirmação.

Referências Bibliográficas

- DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- LEITE, Vera Lúcia Marques. *Escola única ou escola comum?* Cuiabá: EdUFMT, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. Ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NETO, Odorico Ferreira Cardoso. *Dissensos no consenso*. A democratização na escola pública em Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2004.
- NOSELLA, Paolo. A escola brasileira no final de século: um balanço, in: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e trabalho: perspectiva de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombra*. Modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: INPE/COMPED/EdUFMT, 2000.
- TOCQUEVILLE, Alex de. *A democracia na América*. Leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.